

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL  
- PLAGEDER**

**JONAS RAFAEL PESCKE**

**DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL**

**SÃO LOURENÇO DO SUL**

**2011**

**JONAS RAFAEL PESCKE**

**DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Engel Gerhardt

Coorientadora: Josiane Carine Wedig

**SÃO LOURENÇO DO SUL**

**2011**

**JONAS RAFAEL PESCKE**

**DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: São Lourenço do Sul, 15 de junho de 2011.

---

Profa Dra . Tatiana Engel Gerhardt  
UFRGS

---

Profa. Dra. Gabriela Coelho de Souza  
UFRGS

---

Prof. Antonio João Ferreira de Lima  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que me ajudaram nessa jornada, que embora parcial, foi conquistada com muito “suor”. Dessa forma, agradeço:

A minha orientadora Tatiana Engel Gerhardt e a tutora Josiane Carine Wedig. Agradeço pela paciência, pela dedicação ao longo de mais de seis meses de orientação. Agradeço pela paciência pela compreensão nos momentos difíceis, pelas palavras de incentivo e pela eterna busca em fazer o melhor, acreditando sempre no meu potencial;

Ao tutor presencial Gilberto Barwaldt pelas palavras de incentivo e apoio;

Ao meu pai, pelos livrinhos de historinhas na infância, o incentivo à leitura, pelo carinho, por ter sempre acreditado em mim e por ter financiado meus estudos;

À minha mãe, por ter me gerado, pela dedicação, pelos estímulos e, também, por ter me dado aporte financeiro para estudar, sacrificando questões materiais;

As minhas irmãs sempre dispostas a me ajudar;

Ao meu irmão, por existir;

Aos professores do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural que com seus largos conhecimentos me transmitiram rica contribuição em relação aos conhecimentos ao longo do curso. Agradeço também pela oportunidade de estudar em curso de tamanha qualidade de maneira gratuita;

Á Deus, pela força, fé e ajuda que me proporcionou nos momentos bons e difíceis de toda a minha vida.

## RESUMO

Esse trabalho é um estudo acerca do desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Lourenço do Sul (RS), um dos municípios que implantou o programa a partir de 2006. O referido programa constitui-se em uma política para alimentação dos alunos do sistema público de ensino e a aquisição dos alimentos é feito junto a famílias de agricultores familiares locais. O objetivo principal da pesquisa foi analisar a abrangência do PNAE, como foi implantado e como tem se desenvolvido em São Lourenço do Sul. Os dados obtidos para a realização do trabalho foram constituídos através de uma entrevista pré – definida com os diferentes atores sociais envolvidos como a nutricionista, merendeiras, e agricultores familiares além da utilização de trabalhos realizados durante o curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. O que colaborou decisivamente para a escolha deste tema foi o fator de ser morador do meio rural do município de São Lourenço do Sul, filho de agricultores e ter acompanhado as mudanças do Programa Nacional de Alimentação durante a vida de estudante, e de entender como o PNAE faz a interação entre agricultura familiar, atores sociais, e os setores da educação em busca do desenvolvimento.

Palavras chaves: Programa Nacional de Alimentação Escolar. São Lourenço do Sul. Agricultura familiar

## **ABSTRACT**

This work is a study of the development of the National School Feeding Program in São Lourenço do Sul (RS), one of the municipalities which implemented the program since 2006. The program is in a political power to the students of the public school system and the acquisition of food is made with a local family farmers. The main objective of the research was to analyze the scope of PNAE, as was implemented and how it has developed in South St. Lawrence. The data obtained for carrying out the work were made through an interview pre - set to the different social actors involved as nutritionist, cooks, and farmers beyond the use of the work during the course of Planning and Management for Rural Development. What contributed decisively to the choice of this theme was the factor to be resident in rural areas of São Lourenço do Sul, the son of farmers and have followed the changes of the National Food for student life, and understand how PNAE makes the interaction between family farming, social actors, and sectors of education in pursuit of development.

Keywords: National School Feeding Program. San Lorenzo South. Famil.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPEC	Centro Agropecuário
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CNA	Conselho Nacional de Alimentos
CNME	Companhia Nacional de Merenda Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COOPAF	Cooperativa da Agricultura Familiar
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
CRESOL	Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
EJA	Ensino para Jovens e Adultos
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
INAE	Instituto de Assistência ao Educando
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INAE	Instituto de Assistência ao Educando
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
PAA	Programa Aquisição de Alimentos

PEAE	Programa Estadual de Alimentação Escolar
PFZ	Programa Fome Zero
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PT	Partido dos Trabalhadores
S.A	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SMECD	Secretaria Municipal da Cultura e Desporto
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 HISTORICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL.....</b>	<b>10</b>
2.1 Caracterização do PNAE.....	11
2.2 Agricultura familiar.....	12
2.3 Segurança alimentar e nutricional.....	14
2.4 Encontro da agricultura familiar com o PNAE.....	15
<b>3 CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL.....</b>	<b>18</b>
3.1 Agricultura em São Lourenço do Sul: passado e presente.....	19
<b>4 IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL.....</b>	<b>23</b>
4.1 Objetivos do PNAE em São Lourenço do Sul.....	25
4.2 Público alvo do PNAE em São Lourenço do Sul.....	31
4.3 Programa nacional de alimentação escolar e a relação com os agricultores.....	32
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>35</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa se propôs a estudar o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, no município de São Lourenço do Sul. O referido programa constitui-se em uma política para alimentação dos alunos do sistema público de ensino, através da aquisição de produtos da agricultura familiar local. Com isso, o programa objetiva respeitar a cultura, tradição dos agricultores locais, e propor hábitos alimentares saudáveis aos alunos.

O objetivo da pesquisa desenvolvida foi analisar a abrangência do PNAE e seu andamento em São Lourenço do Sul. Do mesmo modo buscou-se fazer também um levantamento do número de alunos beneficiados; identificar as famílias de agricultores familiares fornecedores de produtos e identificar os atores das escolas e do poder público envolvido.

A escolha deste tema foi o fator de ser morador do meio rural do município de São Lourenço do Sul, filho de agricultores e ter acompanhado as mudanças do Programa Nacional de Alimentação durante a vida de estudante.

A metodologia utilizada foi do tipo qualitativa com ênfase a realização de entrevistas semi-estruturadas, sendo entrevistada uma nutricionista, três merendeiras e seis agricultores familiares fornecedores de alimentos ao PNAE, possibilitando a obtenção de dados não documentados. Este tipo de entrevista se constitui em uma técnica de interação social, uma forma de diálogo, onde o entrevistado fala livremente conforme o desdobramento do tema principal e vão sendo postas questões pelo pesquisador, pré-definidas por ele antes de iniciar a entrevista e outras que podem vir a surgir com o desenrolar da mesma.

O presente trabalho está organizado a partir de três capítulos. O primeiro diz respeito a uma revisão bibliográfica acerca do PNAE, o capítulo dois trata da caracterização do município de São Lourenço do Sul trazendo dados produzidos por trabalhos realizados durante o curso e no terceiro capítulo buscou-se demonstrar como foi a implementação do PNAE a través da realização de entrevista pré-definidas e como esta sendo gerido em São Lourenço do Sul, identificando os desafios e as conquistas junto a agricultores e atores envolvidos além de discutir a relação dos produtores com o PNAE.

## 2 HISTORICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Desde sua criação em 1954, sob responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentos (CNA), os primeiros objetivos era melhorar as condições nutricionais e da capacidade de aprendizagem, dos estudantes de escolas públicas bem como diminuir os índices de evasão e repetência, melhorando o rendimento escolar. A principal meta era proporcionar a suplementação alimentar de 15% das necessidades nutricionais diárias dos estudantes. (FNDE, 2011).

Em 1956 foi instituída a Companhia Nacional de Merenda Escolar (CNME) que tinha como principal objetivo abastecer as escolas publicas a nível nacional. No mesmo ano a CNME foi alterado para Companhia Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo decreto N° 56.886 de 20/09/65, quando foram incluídos programas de ajuda americana entre os quais destacaram-se “Programa Mundial de Alimentos” e Programa de Alimentos para o Desenvolvimento”.( FNDE, 2011).

A partir de 1976 as políticas de alimentação escolar passaram a fazer parte do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que tinha o objetivo de proporcionar suplementação alimentar aos escolares do 1º Grau das escolas públicas e aos pré-escolares. A proposta consistia no fornecimento de uma refeição de valor nutricional que equivalesse de 15% a 30% das recomendações diárias durante o ano letivo. (FNDE, 2011).

Finalmente em 1979, passou a denominar-se PNAE denominação utilizada até os dias atuais com o *status* de um dos maiores programas de alimentação do mundo, porém ainda não com o caráter que tem atualmente. (FNDE, 2011)

No ano de 1981, o PNAE passa a ser gerenciado pelo Instituto de Assistência ao Educando (INAE) e institucionaliza-se o programa até então considerado como campanha. Após a criação do INAE começam a ocorrer mudanças na estrutura do programa, sendo transferida aos Estados, para as secretarias de educação. Nessa esfera, passa a ser denominado Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE). (FNDE, 2011)

Em 1983, pela lei nº 7.091 (Brasil, 1983), é criada a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) resultante da fusão do INAE com a Fundação Nacional do

Material Escolar (FENAME). A FAE adquiria os produtos e os repassava-os aos estados. (FNDE, 2011).

Desde o início do Programa Nacional de Alimentação Escolar até meados de 1993, o mesmo apresentou características de operacionalização centralizada. Já no final dos anos 90 passou por profundas alterações na estrutura organizacional que tiveram correlação com as mudanças no sistema de proteção social brasileiro. (ARRETCHE, 2000).

Um marco importante do programa pode ser visualizado com a publicação da lei nº 8.913 (BRASIL, 1994) que promoveu uma alteração em nível nacional referente a descentralização dos recursos para os estados, municípios e distrito federal e com isso altera os padrões das políticas de alimentação escolar até então adotados. Esta proposta foi definida como uma das principais ações do plano de combate à fome e à miséria do governo Itamar Franco (ABREU, 1995).

A lei nº 8.913 (BRASIL, 1994), estabeleceu ainda em seu art. 2, a necessidade da criação de Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), que fiscalizassem o uso dos recursos e a qualidade da merenda oferecida às crianças, desde a compra dos alimentos até a distribuição nas escolas. É também responsabilidade do CAE cuidar das boas condições sanitárias e de higiene dos locais onde as refeições são preparadas. (FNDE, 2011).

O CAE é um grupo independente formado por sete pessoas, um representante do poder Executivo, dois representantes de professores, dois representantes de pais e alunos e dois representantes da sociedade civil. (FNDE, 2011).

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada foi um dos grandes avanços ocorridos neste programa, pois permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com o hábito alimentar da população nas diferentes localidades do país. As compras institucionais descentralizadas também abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado institucional. (FNDE, 2011).

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO PNAE

Até a década de 1950 não havia, no Brasil um fornecimento regular da alimentação escolar por parte do Estado, neste período ela era fornecida por contribuições voluntárias de empresas locais e dos alunos em condições de contribuir. (FNDE, 2011)

Nesta mesma época foi redigido o documento chamado *Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil*, em que se apresentou pela primeira vez a estrutura de um programa de Alimentação Escolar, sob responsabilidade do Governo Federal e abrangência nacional. Desde então houve avanços gradativos no abastecimento da merenda escolar nas escolas públicas. A partir de 1994 a gestão da merenda funciona de forma descentralizada, isto é, sob a responsabilidade de estados e municípios. (REBRAE, 2007)

Em 28 de janeiro de 2009 a merenda escolar foi normatizada através da Medida Provisória MP 455 de 2009, transformada posteriormente na Lei 11.947 de 16/06/2009, esta norma obriga que no mínimo 30% dos recursos destinados à aquisição de Merenda Escolar sejam aplicados na compra de produtos da agricultura familiar. A atual estrutura do programa está baseada não só em diretrizes fundamentadas nos princípios da SAN (Segurança Alimentar e Nutricional), mas também na participação social de atores locais e no fortalecimento da economia local. O programa é estendido para toda a educação básica, ensino médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos) do ensino público e estabelece que no mínimo 30% do valor utilizado para aquisição da alimentação escolar nos municípios, sejam canalizados para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. Os recursos financeiros são oriundos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar) que são transferidos a Estados e Municípios, estes têm a obrigação de dar apoio técnico/ administrativo e financeiro ao programa, conforme último decreto lei nº 6959/2009. Este programa abrange cerca de 47 milhões de estudantes no país, desta forma o DHA (Direito Humano a Alimentação Adequada) está sendo atingido através das escolas públicas e é acompanhado e fiscalizado pela sociedade através do CAE–Conselho de Alimentação Escolar. (REBRAE, 2007)

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em

contraste com a agricultura patronal que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

Segundo GONÇALVES e SOUZA (2005), na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação:

*“propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”.*

Na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

A agricultura familiar vive um momento de adaptação frente às novas mudanças socioeconômicas da sociedade atual. Neste sentido, os agricultores familiares criam constantemente alternativas para adaptar-se a ambientes em rápida transformação, seja devido à crise de produtos tradicionais, emergência de novos mercados e ou mudanças mais gerais da situação econômica do país. Outra característica cada vez mais presente na agricultura familiar brasileira é a “pluriatividade” (BUAINAIM e ROMEIRO 2000).

Deve-se entender a pluriatividade a partir da dinâmica interna da família, e de como esta reage ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local. Faz-se ainda necessário perceber também que fatores regionais ou locais podem fomentar o desenvolvimento da pluriatividade e esta, pode-se apresentar como uma estratégia de sobrevivência da economia familiar.

Neste sentido a incorporação de novas atividades nas propriedades rurais pode dar importante contribuição para a valorização do espaço rural, fundamental para o desenvolvimento deste.

Para SCHNEIDER (1999),

*“além das estratégias de ocupar a mão-de-obra familiar em atividades agrícolas e não-agrícolas, os agricultores familiares freqüentemente conciliam a mão-de-obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão-de-obra familiar, sendo que isso geralmente ocorre em casos como quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, a mão-de-obra familiar já perdeu seu*

*potencial produtivo (predominância de idosos) e quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em mão-de-obra.”*

O mesmo autor afirma que a composição das estratégias da agricultura familiar depende de aspectos importantes que compõem o meio no qual os agricultores familiares estão inseridos. Salieta assim, que para a agricultura familiar contemporânea devem-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada no trabalho familiar não-agrícola (pluriatividade) ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a essência da mão-de-obra familiar (agrícola ou não-agrícola) seja preservada.

Apontam ainda que, as economias rurais mais dinâmicas são as que simultaneamente conseguem atrair consumidores de seus atributos territoriais e vender suas produções em mercados diferenciados. Já as economias especializadas em *commodities* agrícolas, podem até dar a impressão de grande dinamismo em sua fase inicial, quando sugam a renda diferencial propiciada pela exploração da fertilidade natural; só que depois dessa acumulação primitiva tudo passa a depender do grau de diversificação dos negócios criados no entorno dessa fonte primária.

Neste contexto da pluriatividade, da multifuncionalidade e da diversificação de cultivos e criações, que a agricultura familiar busca cada vez mais sua afirmação como grande promotora do desenvolvimento, na geração de renda e na manutenção do homem no campo.

### 2.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) significa a produção de alimentos sustentável de um país, orientado por políticas públicas que em conjunto com a sociedade civil, prioriza a busca do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a soberania alimentar. O DHAA compreende o acesso físico e econômico de toda a população aos alimentos, como um direito fundamental para garantir a dignidade. (II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004 ).

A SAN enfatiza a importância da autodeterminação política e econômica de cada país, cada povo e cada território na definição soberana de seus sistemas alimentares de acordo com seus hábitos e tradições culturais (MDS, 2011). Desta forma as propostas SAN demonstram um conjunto de fatores necessários para

que seja efetivamente garantido o acesso aos alimentos de qualidade, quantidade suficiente e constante, respeitando as identidades ambientais, culturais, os fatores econômicos, sociais e regionais, não comprometendo o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis. (MDS, 2011)

## 2.4 ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM O PNAE

A partir de 2009 a Agricultura Familiar passa também a fornecer alimentos a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino. Com a aprovação da Lei nº 11.947/2009, no mínimo 30% do valor destinado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (PNAE/FNDE/MEC), gestor dessa política, deverá ser utilizado na aquisição da produção agrícola familiar. (FNDE, 2011)

Com o novo espaço que se abre no mercado de produtos para a alimentação escolar, os agricultores familiares tem mais uma oportunidade importante de comercialização de forma segura e rentável de seus produtos. A inserção dos agricultores neste mercado depende deles conseguirem organizar-se coletivamente, pois as políticas públicas para o setor priorizam os agricultores e agricultoras familiares organizados em associações e cooperativas. Além disso, a organização em coletivos faz com que os agricultores tenham mais força nos fóruns de discussão para organizar a produção e facilitar o acesso aos mercados consumidores. (MDA, 2011)

O Programa de aquisição de Alimentos PAA e mais recentemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que em sua mais recente legislação assegura que no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aos estados e municípios, devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, para a composição da alimentação escolar, sintetizam a intenção e o papel que o Estado pode e deve exercer na estruturação de sistemas justos e descentralizados de produção, distribuição e consumo de alimentos. (REBRAE, 2007).

Para compreender o PNAE cabe brevemente atermo-nos ao PAA, visto que este programa antecede o que ora analisamos e em parte são programas que se

complementam. Na perspectiva de sistemas descentralizados, o papel do PAA é articular a aquisição e distribuição de alimentos, visto que 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil ao Programa Nacional de Alimentação Escolar deverão ser utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar (MDS, 2011). Com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos cujos interlocutores na região deste estudo são a Superintendência Estadual da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR) e a ONG Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). ( CONAB, 2011)

O PAA foi instituído pela Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, artigo 19, e regulamentado pelo Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008. (MDA, 2011)

Segundo LEITE (2005), o PAA foi lançado pelo governo Lula como um programa que tem por objetivo também, integrar a produção local de alimentos a programas de alimentação escolar. Através do programa a comercialização dos produtos está garantida para os assentados de Reforma Agrária e outros agricultores familiares, através da compra antecipada e direta da produção da agricultura familiar mediada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O programa tem como foco garantir a comercialização de produtos agropecuários, viabilizando o acesso aos alimentos por pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, pois são destinados a programas sociais do município como creches, escolas entre outros. (CONAB, 2011)

O grupo gestor do PAA em nível federal é composto por: Ministério de desenvolvimento social e combate a fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Educação (MEC). O governo federal articula políticas sociais com estados e municípios e, com a participação da sociedade, programa ações que buscam promover a SAN, com recursos do MDS e MDA. (MDS, 2011)

O CAPA participa de uma rede de organizações e cooperativas de agricultores familiares locais, articulando essa rede e prestando assistência técnica aos seus integrantes. Devido a essa intensa participação, a organização atua em diversos municípios da região, conhecendo a realidade rural destes. Historicamente,

têm-se formado lideranças através da atuação da entidade, e assim se estabelecido relações sociais e políticas com a comunidade (Buchweitz, 2003).

O Programa Nacional de Aquisição de Alimento PAA e mais recentemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que em sua mais recente legislação assegura que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aos estados e municípios, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, para a composição da alimentação escolar sintetizam a intenção e o papel que o Estado pode e deve exercer na estruturação de sistemas justos e descentralizados de produção, distribuição e consumo de alimentos. (FNDE, 2011)

O expressivo mercado institucional (da Alimentação Escolar) que está posto em nível local e/ou regional poderá ser um fator dinamizador das economias porque permitirá que produtos locais sejam adquiridos e consumidos localmente e com isso contribuam com o dinamismo socioeconômico dos municípios. Gerando renda que circula localmente, criando postos de trabalho e gerando outras ocupações no setor rural, consolida estruturas socioeconômicas e políticas e estimula a multifuncionalidade da agricultura familiar (MDA, 2011). Além da produção de alimentos e de matérias-primas, favorece-se o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Ao viabilizar a agricultura familiar, que está associada a dimensão espacial do desenvolvimento, permite-se uma distribuição populacional mais equilibrada nos territórios ou regiões consolidam-se caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável e buscam-se novas relações de mercado e de organizações social.(CAPA , 2011).

Possibilitar esse tipo desenvolvimento rural, segundo Schneider (2003), representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtivo apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução, em um modelo onde todos os integrantes da unidade familiar tomam decisões sobre o modo de produzir e trabalhar.

O Programa de Alimentação escolar envolve um conjunto de pessoas e entidades, tais como o agricultor e a agricultora que produzem os produtos, a associação dos agricultores que beneficia, transporta e comercializa a prefeitura que executa os processos burocráticos (licitação, inspeção e compra), a merendeira que prepara a alimentação entre outros. As diversas intervenções ao longo desse

processo contêm um variado conjunto de conhecimentos e de saberes. ( Sander, 2011)

Neste contexto cabe destacar os ganhos em relação á saúde, pois o fato de ser facultada ou possibilitada a aquisição de produtos e alimentos diretamente dos agricultores da comunidade traz benefícios importantes como o de se obter produtos frescos e com qualidade evitando que produtos cheguem muitas vezes as escolas com os prazos de validade vencidos; o de acompanhar o processo de produção e controlar a origem dos produtos permitindo saber quais foram os procedimentos técnicos utilizados para sua produção; utilizar produtos da época, permitindo maior variedade na composição dos cardápios e finalmente possibilita supervisionar a qualidade dos produtos na hora da aquisição.

Ao estimular o consumo de produtos locais busca-se valorizar e promover os produtos com origem comprovada e controlada que por serem locais em geral são mais frescos e por isso contribuem com a saúde e a qualidade de vida. Ao mesmo tempo estimula o resgate dos valores dos usos e das práticas alimentares que compõem a tradição local e reafirma-se a importância de diversificar a cesta de alimentos que compõem a base da alimentação.(Sander, 2011)

### **3 CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

Região marcada num primeiro momento na planície pela colonização portuguesa, índios, e os negros (séculos XVII e XVIII) e no momento posterior na serra pela colonização germânica no (século XIX e XX). Esses aspectos geográficos, históricos contribuíram para a formação do ambiente como uma região de agricultura familiar e empresarial, formas distintas de exploração da terra: uma familiar (propriedade de pequeno porte) cultivando batata, feijão, fumo, milho produção de leite e cultivos de subsistência e outra no caráter extensivo (propriedade de médio a grande porte) com lavouras de arroz, soja e campo de criação de gado. (Holz, 2003)

Até poucas décadas atrás havia uma forte predominância do número de moradores da zona rural sobre a urbana, o que retrata o caráter eminentemente agrícola da economia lourenciana. Com o êxodo rural - iniciado de modo muito forte entre os anos de 1970 e 1980- ocorreu uma modificação neste quadro, onde pode-se observar o crescente fenômeno da “urbanização”. (Holz, 2003)

Dados do IBGE de 1950 mostram uma população total do Município de 31.400 habitantes, vivendo 4.900 (15,6 %) na zona urbana e 26.500 (84,4%) na região rural. O censo de 1980 revela que o total de habitantes do Município era de 41.565, com 14.076 pessoas residindo na zona urbana (33,86%) e 27.489 (66,14%) no interior.

Em 1996 São Lourenço do Sul tinha 42.268 habitantes. A população urbana somava 21.472 e da rural 20.796 habitantes (50,79% e 49,20% respectivamente ). Nesse ano ficou na história, portanto, como sendo o ano em que o município de São Lourenço do Sul passou a ter mais habitantes na cidade do que na zona rural. A urbanização tornava-se, então uma realidade.

Segundo IBGE, nos dados referentes ao censo 2010, o Município de São Lourenço do Sul possui 43.114 habitantes e localiza-se na parte centro-sul oriental do estado do Rio Grande do Sul na Serra dos Tapes, fazendo parte da "Microrregião da Lagoa dos Patos" - faixa de terra que circunda a margem direita da Lagoa dos Patos. São Lourenço do Sul possui uma área total de 2.031 km<sup>2</sup>, correspondendo a aproximadamente 0,8% da superfície total do Estado. Em relação ao nível do mar, possui uma altitude média de 25 metros na área de várzea, junto a Laguna dos Patos, e de 150 metros em média na área da colônia. Sua população segundo o censo 2010 divide-se em 24.234 pessoas residindo no meio urbano e 18.880 pessoas residindo no meio rural, totalizando aproximadamente 56.2% de sua população residindo no meio urbano.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2000), a renda média per capita no município de São Lourenço do Sul, na comparação entre os anos de 1991 e 2000, passou de R\$ 196,70 para R\$ 237,00, respectivamente, representando um aumento de cerca de 20%. No ano de 1991, 35% da população de São Lourenço do Sul encontrava-se em condição de pobreza, em pouco menos de 10 anos esse valor caiu para 24,4%, no ano de 2000.

### 3.1 AGRICULTURA EM SÃO LOURENÇO DO SUL: PASSADO E PRESENTE

Com relação ao processo de desenvolvimento da agricultura de São Lourenço do Sul foi usado de base o trabalho produzido durante o curso segundo (Pescke e Ehlert *apud* Goulart, 2008). O trabalho foi construído através de uma pesquisa bibliográfica.

A região onde hoje se localiza São Lourenço do Sul foi, no final do século XVIII, doada como sesmaria pela coroa portuguesa aos luso-açorianos que lutaram contra os espanhóis, dando início ao sistema agrário colonial tradicional. Estas sesmarias eram formadas por latifúndios de exploração pecuária através do sistema de estâncias e fazendas e desenvolviam-se mais nas proximidades da Lagoa dos Patos, por ser uma área mais plana que proporcionava facilidades para a constituição de pastagens.

Em 1858, iniciou-se o processo da colonização alemã e pomerana no município. Esta colonização se desenvolveu nas regiões com topografia mais acentuada, com terras dobradas e cobertas de mato, ocorrendo um grande desmatamento para a limpeza de área a ser utilizada na agricultura. Utilizavam sistemas de cultivo de derrubada-queimada e tração animal leve, com a utilização de equipamentos manuais como enxadas, foices, machados, etc. O plantio inicialmente era realizado com saraquá e a colheita era feita de forma manual. A produção era basicamente de auto-consumo, com utilização de mão-de-obra familiar e um amplo sistema de policultivos, com diversificações de plantas e animais.

O processo de desenvolvimento da agricultura impulsionou o surgimento do curtume, que foi o primeiro processo de indústria do município no período colonial. O curtume surgiu com propósito de suprir as necessidades dos produtores, através do beneficiamento do couro, para a produção artesanal de arreios, celas, corrianos e sapatarias.

Em 1884, São Lourenço do Sul passa a ser considerado vila, desligando-se do município de Pelotas. Esta emancipação se deu graças à forte utilização do porto que impulsionou o desenvolvimento da agricultura de forma comercial. Neste período, São Lourenço do Sul passa a ser o maior produtor de batata da América do Sul. (Pescke e Ehlert *apud* Goulart, 2008).

Além da produção de batata, houve destaque também para a produção de cevada, milho, trigo, centeio, feno e pecuária

A partir de 1930, o bom desempenho da agropecuária, impulsionou a busca pela modernização dos sistemas de cultivo. A utilização de novos equipamentos e implementos como arados, grades e carroções facilitaram o trabalho do homem do campo e impulsionaram o surgimento de grandes cultivos, fazendo com que, além da utilização da mão de obra familiar, ocorresse também a necessidade de mão de obra terceirizada. Com o surgimento de grandes lavouras, São Lourenço do Sul

perde partes de suas características de policultivos e a agricultura começa a tomar forma de monocultura.

Esta modernização, além de aprimorar a utilização de tração animal pesada, também impulsionou a construção e melhorias de estradas e rodovias para o escoamento da produção agrícola. Através da forte utilização do porto, desenvolveu-se o início do processo de urbanização, resultando na emancipação política do município em 1938.

Neste período ocorre também, o surgimento de moinhos para o beneficiamento de grãos e a expansão de indústrias como cervejarias, serrarias, olarias, indústria de café, etc. Nesta época ocorre um declínio na produção de batata e passam a ser destaque a produção de soja, arroz irrigado e o início do cultivo de tabaco no município.

A partir da década de 60, ocorre o processo de mecanização e modernização agrícola no município, com a utilização de tratores de pequeno porte, adubação química e o surgimento do melhoramento genético de plantas e animais. Esta modernização, apesar de inicialmente trazer grandes rendimentos para a produção agrícola, também trouxe grandes conseqüências como a degradação do solo e de recursos naturais, causando dependência química, erosão, perda da produtividade e graves impactos ambientais.

No final de 1970, ocorre uma grave crise na agricultura lourenciana, influenciada pela perda de subsídios e recursos financeiros para os produtores.

A partir de 1980, ocorre uma reestruturação na atividade agrícola do município, com a criação de novos sistemas de financiamentos, cooperativas de crédito e a organização de produtores rurais através de associações. Neste período a agricultura familiar passa a ser destaque junto a órgãos governamentais.

Nesta época, a agricultura lourenciana passa a desenvolver dois tipos de cultivo diferentes, onde a produção de grandes cultivos como arroz, soja e milho são desenvolvidas com o uso intenso de tecnologias e a utilização de tração mecanizada de alto porte como tratores implementos e colheitadeiras, com mão de obra terceirizada. A agricultura familiar, por possuir pequenas extensões de terra, concentra-se na produção de tabaco, uma alternativa de fonte de renda frente às constantes crises ocasionadas pela desvalorização de seus policultivos. Outra atividade que apresentou grande crescimento neste período foi, a pecuária de leite,

que impulsionou o surgimento da indústria de laticínios (Pescke e Ehlert apud Goulart, 2008).

Com a conscientização dos problemas causados pelos impactos ambientais e a forte campanha para a erradicação da cultura do tabaco, a agricultura familiar do município busca diferentes formas de cultivo, visando a manutenção e recuperação do solo degradado e a redução dos impactos ambientais, através da produção orgânica, cultivo de mamona e girassol para a produção de biodiesel, prática da adubação verde, dando início ao processo de agricultura sustentável.

Hoje parte da sociedade, está consciente de que os caminhos da sua sobrevivência dependem da adequação de medidas que fortaleça, pelo menos, a conservação do equilíbrio solo, água, vegetação existente, evitando o uso inadequado de recursos que levem à destruição da vegetação, do solo e a contaminação da água. Existe, porém, um distanciamento muito grande entre os que percebem que estes recursos são finitos e os procuram executar ações para que o uso da terra seja uma herança cultural para as gerações futuras.

A zona rural de São Lourenço do Sul passou por diversas mudanças nos últimos anos, as quais ajudaram a desenvolver entidades, tais como COOPAR, CRESOL Boa Vista, CAPA, implantadas por lideranças ligadas ao Partido dos Trabalhadores - PT. Essas entidades estiveram voltadas ao fortalecimento da organização cooperativa e de ajuda mútua entre agricultores familiares, bem como vencer as resistências e conquistar a confiança dos agricultores.

No início houve muita resistência por parte daqueles que não acreditavam e não queriam a presença de um ator econômico, social e político dos agricultores familiares no interior do município, pois entendiam que a presença desse ator traria informações e nova dinâmica a atividade da agricultura familiar de São Lourenço do Sul.

A COOPAR (cooperativa mista dos pequenos agricultores da região sul) foi inaugurada com 41 sócios fundadores o que demonstra que poucos acreditavam na proposta inicial do cooperativismo. Hoje são mais de 1,3 mil associados e não para de crescer em quantidade e qualidade.

A CRESOL também busca a formação educacional no sentido de fomentar o associativismo e o cooperativismo. Para ser sócio o indivíduo deve ser agricultor ou ter algum vínculo com a agricultura.

Nesta conjuntura atual também é necessário levar em conta a implantação do governo do PT em São Lourenço do Sul em 2004 e o fato de o partido estar no poder em escala nacional e de apresentar uma série de projetos voltados aos pequenos municípios e à agricultura familiar.

O trabalho com a agricultura familiar continua a ser estratégia para o partido no município ainda mais pelos vínculos sociais e de interesse de suas lideranças com essa parcela significativa da população.

Com a administração liderada pelo PT, São Lourenço do Sul implantou o Programa Fome Zero (PFZ) mais um programa social que pudesse efetivamente atender o meio rural, tão significativo no município, bem como os vínculos das lideranças da administração em especial o prefeito, com o meio e com entidades que já realizavam tal trabalho (CAPA, CRESOL Boa Vista, COOPAR). A isso se soma à existência de políticas públicas do âmbito nacional que poderiam ser acessadas pelo novo governo. Sendo um programa criado pelo presidente Lula em nível nacional, eles tinham a obrigação de colocá-lo como prioridade, já que, segundo Daniel Roupp propõe o resgate a cidadania que o PT sempre defendeu.

#### **4 IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL**

Os dados para a elaboração do capítulo três foram obtidos através de entrevistas realizadas com a nutricionista, merendeiras e agricultores familiares.

A implementação do PNAE, no que diz respeito à adesão as novas Exigências da lei 11.947, de junho de 2009, referente às compras da agricultura familiar, se deu de forma muito tranqüila, pois o município de São Lourenço do Sul já vinha realizando a compra da agricultura familiar através da CONAB pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) desde o ano de 2006. Com a implantação da lei o processo burocrático tornou-se um pouco mais rápido e como os Setores da Alimentação Escolar, Secretaria da Agricultura, EMATER, CAPA e agricultores já tinham um diálogo prévio, essa compra tornou-se muito mais fácil. Foi também um trabalho de incentivo do uso dos produtos da agricultura familiar pelas merendeiras no preparo dos alimentos, enfatizando a questão da qualidade nutricional.

Porém, algumas questões às vezes acabam por dificultar o processo, tais como demora na chamada pública, a falta de produtos devido à safra ou algum outro

problema, porém esses problemas, em geral são resolvidos a partir, do diálogo entre o setor de alimentação escolar e as cooperativas de agricultores.

As entregas do PNAE ocorrem da seguinte forma: primeiramente a nutricionista, responsável técnica pelo PNAE faz o cardápio, e a partir dele é feita a lista de gêneros necessários para a alimentação escolar. Após é realizada a chamada pública (compras da agricultura familiar) e a licitação. Os pedidos e as entregas dos gêneros não perecíveis são realizados mensalmente, já os dos gêneros perecíveis são realizados semanalmente por cada fornecedor. Nos pedidos é dada a preferência para os da agricultura familiar, e os produtos que esses não possuem para entregar, então são pedidos na licitação. As entregas dos perecíveis são realizadas nas segundas e terças feiras no setor de alimentação escolar, onde os gêneros são selecionados e separados por escolas sendo as entregas às escolas nas quartas feiras. Nas terças e quartas-feiras é entregue o pão produzido pela padaria comunitária do município.

Ao chegar às escolas os gêneros são conferidos, e armazenados adequadamente, após são preparados de acordo com o cardápio do dia pré - elaborado pela nutricionista.

Na alimentação de São Lourenço do Sul é exigida qualidade dos gêneros entregues, para isso os produtos passam por um controle de qualidade no momento da abertura do edital de licitação e chamada pública, pois são pedidos amostras dos produtos. Além disso, os produtos são analisados pelo Núcleo de Controle de Qualidade da Merenda Escolar, que atestam sua qualidade antes da compra.

No recebimento dos gêneros no almoxarifado da alimentação escolar são analisados: qualidade, peso, validade, embalagem e quantidade de cada produto, armazenamento, condições de entrega e transporte dos fornecedores, e qualidade geral dos gêneros perecíveis e não perecíveis. As escolas realizam o controle dos prazos de validade dos alimentos evitando que os mesmos passem desta data, utilizando o critério do “PVPS (primeiro que vence é o primeiro que sai)”. E, além disso, há todo um controle higiênico, sanitário e de boas práticas de produção das refeições realizadas pelas merendeiras, que são constantemente treinadas. (Sander, 2011)

O setor de alimentação escolar da secretaria municipal de educação, cultura e desporto realizam anualmente cursos de capacitação e treinamentos com merendeiras, enfocando principalmente a questão da aceitação, manipulação e

qualidade nutricional dos produtos da agricultura familiar e treinamentos sobre boas práticas e higiene de manipulação de alimentos, atualizações sobre alimentação e nutrição conforme a Lei 11.947; agricultura familiar e alimentos orgânicos para a alimentação escolar e alimentação saudável, sendo ministradas pela nutricionista Roberta Sander, e pelo engenheiro agrônomo do CAPA .

A nutricionista também realiza visitas periódicas nas escolas onde verifica como está o andamento da alimentação escolar, e são reforçadas questões sobre manipulação adequada de alimentos na prática e a importância de um preparo adequado dos produtos da agricultura familiar a fim evitar desperdícios e garantir uma alimentação mais saborosa.

Há também uma constante capacitação das nutricionistas e do responsável pelo setor da alimentação escolar. Os mencionaram a participação em encontros estaduais sobre o tema, como o Encontro Estadual de Alimentação Escolar, realizado pelo CONSEA, em Porto Alegre (2010), sendo abordado o tema “implementação das compras da agricultura familiar e experiências positivas”. Além disso, contam com o apoio de CECANE- (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar)UFRGS ( Universidade Federal do Rio Grande do Sul), que realiza treinamento com os nutricionistas e Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

#### 4.1 OBJETIVOS DO PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL

\*Suprir as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola garantindo uma alimentação saudável, segura, de qualidade e em quantidade adequada;

\* Contribuir para uma melhor aprendizagem e aproveitamento escolar;

\*Formar hábitos alimentares saudáveis através de um processo de educação alimentar.

O cardápio da Alimentação Escolar do Município de São Lourenço do Sul é planejado por nutricionista, que verifica a adequação as diferentes faixas etárias dos escolares assim como necessidades específicas (no caso de escolares com alguma patologia).

No planejamento do cardápio é observado o hábito alimentar da região assim como a vocação agrícola na elaboração do cardápio. A oferta de frutas/legumes/verduras é uma preocupação constante da nutricionista, que procura

oferecer uma variedade grande de frutas no cardápio, observando a safra de cada produto, sendo oferecido em torno de 200 a 300g de frutas por semana, e em torno de 100 a 200g por aluno entre frutas, legumes e verduras por semana. Sendo que a fruta está presente diariamente nos cardápios elaborado pelo nutricionista da Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto - SMECD.

Para a verificação do cumprimento do cardápio e controle de gêneros entregues as escolas são preenchidos formulários específicos, conferidos pela nutricionista, existindo um formulário para cada modalidade de ensino.

A nutricionista realiza visitas periódicas nas escolas a fim de verificar o bom andamento da Alimentação Escolar, as boas práticas de manipulação de alimentos, adequado armazenamento de gêneros alimentícios, controle de produtos em relação à validade, cumprimento do cardápio e as dificuldades de adesão ao cardápio planejado pela nutricionista e demais atividades e cuidados necessários para uma alimentação de qualidade. Além disso, a nutricionista realiza palestras e reuniões com os pais a fim de abordar as principais dúvidas em relação à alimentação escolar e às necessidades dos escolares.

Na alimentação escolar de São Lourenço do Sul, são realizadas ações de educação alimentar e nutricional, sendo que estas fazem partes do projeto Pedagógico das Escolas. No ano de 2010 foram realizadas palestras de educação nutricional nas escolas e comunidades, ministradas pela nutricionista, estagiárias de nutrição e outras entidades como EMATER e CAPA.

No mês de maio é realizada a semana da Alimentação Orgânica nas escolas de educação infantil, fundamental, e EJA, para toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, direção das escolas) sendo abordado esse tema e a importância da produção e consumo dos produtos orgânicos e da agricultura familiar, principalmente enfocando a questão da alimentação escolar, a fim de estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local, aumento do consumo e produção dos mesmos, além de estimular a preservação do meio ambiente e promoção da saúde e de melhor qualidade de vida para os agricultores devido a não utilização de agrotóxicos. Sempre enfatizando a necessidade de uma alimentação saudável na escola e com formação de hábitos alimentares e a importância do consumo de produtos orgânicos, incentivando a produção local.

Estas foram as palavras da nutricionista da Secretaria de Educação do município, que cuida do cardápio de todas as escolas municipais:

*“A compra de produtos vindo direto da nossa Agricultura Familiar, nos dá a segurança de estarmos adquirindo alimentos agroecológicos que além de colaborar com o meio ambiente, não possuem nenhum tipo de agrotóxico. Inserir uma alimentação regada de frutas, hortaliças, entre outros alimentos dentro do cardápio das escolas é essencial para essas crianças que estão em fase de crescimento”.*

Como ações para o incentivo da agricultura familiar foram realizadas algumas atividades como: encontro promovido pela secretaria de educação, cultura e desporto, tendo como palestrante o engenheiro agrônomo do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) e nutricionista da SMECD ( Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto) sobre a importância dos produtos orgânicos e da agricultura familiar para a alimentação e saúde dos escolares; “Semana da Alimentação Orgânica”, buscando incentivar o consumo de alimentos locais pela comunidade escolar e informar sobre a importância deste tipo de produção para a alimentação, saúde e o meio ambiente.

Realizaram-se várias reuniões para desenvolver a intersetorialidade da Lei 11.947/2009, contando com Secretaria da Fazenda, Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto, Secretaria de Desenvolvimento Rural, EMATER, CAPEC (Centro Agropecuário), CAPA (Centro de Apoio ao pequeno agricultor), Cooperativa: Sul - ecológica, COOPAR e COOPAF, promovendo discussões de como articular e colocar em prática a nova Lei 11.947, no que trata da compra da agricultura familiar. Também houve a visita do Centro Colaborador de Alimentação Escolar – CECANE/ UFRGS para avaliação da implantação das compras da agricultura familiar, sendo realizadas entrevistas e discussões com os atores envolvidos na Alimentação Escolar da SMECD, com o conselho de alimentação escolar e com agricultores familiares e EMATER, primeiro separadamente e em um último momento a reunião com todos os atores envolvidos para discussão dos pontos abordados e recebimento de sugestões dos técnicos do CECANE: Neste encontro foi: proposto, por este grupo, que a Alimentação Escolar do município de São Lourenço do Sul pudesse servir de referência a outros municípios.

Nas escolas podemos observar a melhoria na qualidade da merenda, com produtos mais saudáveis e mais saborosos. Os próprios alunos perceberam essa melhoria, comentam que as verduras e legumes possuem melhor consistência, sabor e aroma e, por exemplo, da cenoura que é menor que a convencional, falam que ela é pequena como eles. Este tipo de adesão dos alunos pode ser resultado do

trabalho de conscientização de uma alimentação saudável feita pelos nutricionistas, professores, merendeiras e também pode expressar seu reconhecimento como filhos de agricultores e a sua identidade alimentar local.

Os alunos passam a ter o conhecimento que boa parte dos alimentos consumidos por eles são produzidos no município, às vezes até mesmo por um vizinho, pai, ou conhecido que, é o produtor rural que produz o alimento, trazendo para estes alunos a noção da valorização do trabalho no campo, da agricultura familiar e da sua terra.

Observa-se uma boa aceitação dos produtos da agricultura familiar e adesão a alimentação escolar pelos alunos e por parte das merendeiras. Portanto é um trabalho coletivo em prol de uma alimentação de maior qualidade onde todos os agentes envolvidos (desde a produção, compras, preparo, até o consumo) estão satisfeitos e comprometidos na implantação da Lei 11.947.

No município observam-se muitas mudanças através das compras da agricultura familiar pelo PNAE, como esta compra já vinha sendo realizada desde 2006, observa-se melhorias constantes, tais como melhoria na qualidade da alimentação escolar fornecida, valorização e reconhecimento regional da alimentação escolar no município, sendo esta referência para outros municípios; maior aproximação dos agricultores familiares com a administração municipal, maior apoio técnico dos órgãos da agricultura, tais como secretarias de agricultura, EMATER, e outros; qualificação e aumento da produção incentivo a outros agricultores a participarem do processo, visto que se tem venda garantida e com agilidade no pagamento.

Em relação à aceitação dos escolares com relação à alimentação escolar e os produtos da agricultura familiar, verifica-se que quase a totalidade dos alunos consome a alimentação fornecida pela escola, sendo essa adesão avaliada através do acompanhamento da realização dos cardápios pelo nutricionista e pelo CAE, além da realização do teste de resto/ Ingestão e teste de aceitabilidade que refere - se aos alimentos que ficam no prato dos alunos após sua alimentação sob coordenação da nutricionista. Em 2010 foi realizada uma pesquisa para avaliar a satisfação dos alunos com a merenda escolar, os mesmos responderam a um questionário pré – elaborado pela nutricionista, após a análise da pesquisa os resultados demonstraram a satisfação dos alunos em relação à merenda, e afirmaram gostar muito das frutas, verduras e legumes, além de preparações

salgadas com legumes; o suco e doce de frutas também possuem uma ótima aceitação pelos alunos.

Primeiramente é elaborado o cardápio para todas as escolas, na elaboração do cardápio devem ser observados alguns parâmetros nutricionais: a alimentação escolar deve atender um percentual de valor calórico e nutriente diários conforme a faixa etária dos escolares, por exemplo, para os escolares da educação o cardápio diário deve atingir 70% das suas necessidades energéticas diárias, e na pré – escola, ensino fundamental e EJA o cardápio deve atingir 20% das necessidades diárias, e 30% para estudantes indígenas e quilombolas. Além disso, na Lei 11.947 enfatiza a promoção de hábitos alimentares saudáveis na escola, e assim determina que seja oferecido três porções de frutas, verduras e legumes por semana ( 200g/aluno/semana).

Os cardápios devem ser diferenciados conforme a faixa etária dos escolares e para os que necessitem de atenção específica; conter alimentos variados, seguros que respeitem a cultura, tradição e hábitos alimentares saudáveis, e que contribua para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e para melhoria do rendimento escolar.

Além disso, essa nova legislação recomenda que a alimentação na escola apresente no máximo: 10% de energia proveniente de açúcar simples adicionado, 15 a 30% de gorduras totais, 10% de gordura saturada, 1% de gorduras trans e um grama de sal.

No PNAE é proibida aquisição para a alimentação escolar bebidas com baixo valor nutricional, tais como refrigerantes, sucos artificiais e bebidas similares. É restrita a compra de enlatados, preparados, semi-prontos conservados ou concentrados, ricos em sódio ou gorduras saturadas. A aquisição dos gêneros para o PNAE no município deve respeitar o cardápio, as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada conforme nova legislação do PNAE (Lei 11.947). Há uma lista de alimentos proibidos (bebidas com baixo teor nutricional como refrigerantes e refresco artificiais), restritos (enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semi prontas ou prontas para o consumo, alimentos concentrados com quantidade elevada de sódio) e permitidos na alimentação escolar como frutas, legumes, verduras iogurte, leite em pó. (FNDE, 2011)

Dessa forma, ao planejar os cardápios são observados todos esses itens, e verificada a quantidade necessária para a realização do cardápio em todas as escolas e realizada uma previsão anual de gêneros, após são realizadas a chamada pública e licitação.

Na elaboração do edital de compras é exigida qualidade, sendo feitas especificações dos produtos que são necessários para a alimentação escolar, sendo que os possíveis fornecedores deverão entregar amostras de seus produtos a fim de que o núcleo de controle de qualidade da alimentação escolar possa avaliar se os produtos estão aptos e adequados para serem inseridos na alimentação escolar. Este núcleo de controle elabora o relatório de produtos adequados, no qual constam as marcas que já foram avaliadas e estão aptas para a alimentação escolar tendo este atestado de validade de 1 a 2 anos e caso o fornecedor queira entregar um novo produto que não esteja neste relatório deverá obrigatoriamente entregar a amostra do produto para análise deste núcleo.

Na compra da agricultura familiar é dada a preferência para produtos ecológicos ou orgânicos a produção local e posteriormente regional sendo que o percentual mínimo da agricultura familiar é 30% e assim, em 2010 devido a problemas no atraso da chamada pública, a mesma ocorreu somente para 6 meses, neste período atingindo um percentual de aproximadamente 38%.

Os avanços referem-se às melhorias na alimentação escolar fornecida, melhor aceitação dos alunos, melhoria nas condições nutricionais dos alunos incentiva a maior produção da agricultura familiar e desenvolvimento local, aumento da produção e da variedade de gêneros a serem oferecidos na alimentação escolar.

As principais dificuldades são devido a atraso no processo de compra, as vezes falta de documentação de produtores, problema de safra, diminuição da quantidade a ser entregue, porém, estes problemas aos poucos e com o diálogo aberto existente estão sendo solucionados.

#### 4.2 PÚBLICO ALVO DO PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL

Alunos matriculados nas escolas públicas e filantrópicas de Ensino Infantil (creches e pré-escolas) e de Ensino Fundamental (1<sup>a</sup> ao 9<sup>a</sup> ano) e o Ensino de Jovens e Adultos.

A rede Municipal de Ensino de São Lourenço do Sul é composta por nove escolas de ensino infantil, onze escolas de ensino fundamentais sendo elas seis escolas urbanas e cinco escolas no interior, além de trinta e seis escolas multisseriadas também do interior e duas escolas para o ensino de jovens e adultos beneficiando aproximadamente 4.590 alunos.

A Resolução 38/2009 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabeleceu que no mínimo 30% do total de recursos financeiros do PNAE deve ser gasto pelos administradores do ensino público na aquisição de alimentos diretamente dos agricultores ou empreendimentos rurais familiares, cooperativas e associações da agricultura familiar. O acesso a este mercado institucional é facilitado através da organização de grupos formais ou informais que comercializarão seus produtos diretamente com as escolas. Anteriormente, estas compras eram realizadas exclusivamente por licitações públicas ou levantamentos de preços que não consideravam critérios sociais. Como nestas práticas prevalecem os mais fortes, as organizações de agricultores sempre estiveram à margem deste mercado.

Esta orientação do FNDE das escolas serem abastecidas com produtos da agricultura familiar estimula as economias locais, possibilitando a diversificação da produção, o aumento da renda e dos conhecimentos técnicos dos produtores, inclusive dos mecanismos de comercialização de seus produtos. Todos os envolvidos são diretamente beneficiados: a agricultura familiar ganha alternativa de comercialização e diversificação; os alunos das redes públicas terão alimentos mais saudáveis, da época e das culturas regionais; nos municípios estará toda a cadeia da produção à comercialização. Alguns alimentos adquiridos pelo PNAE em São Lourenço do Sul feijão, arroz, pães, carne moída, frango, sal, iogurte, suco de frutas (in natura), doce de leite, abóbora, beterraba, cebola, cenoura, laranja, chuchu, banana, tempero verde, tomate, alho, batata doce, repolho, maçã, ovos e schmier.

#### 4.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM OS AGRICULTORES.

A agricultora familiar vendia sua produção no comércio local onde muitas vezes ele ganhava pouco pelos produtos resolvendo então participar do programa.

Ele fornece cenoura, feijão, couve, chuchu em média 800 kg por ano para as escolas. Para a agricultora, o PNAE “é uma garantia de venda.

A agricultora disse também que aprimorou a gestão de sua propriedade uma vez que foi preciso ter escala de produção para atender à demanda das escolas. “Antes eu não tinha muito o controle da minha produção. Agora eu “tenho tudo anotado e sei o que gasto e o meu lucro”, explica.

A família plantou fumo por 24 anos “ eu tinha sempre um pé atrás com esta coisa de agroecologia, agora com os dois pés dentro”, diz ele convicto. “atualmente estou plantando hortaliças, verduras, feijão e ainda tenho uma criação de galinha caipira para o consumo, mas o mais importante para mim e para minha família é que nos ganhamos em qualidade de vida”

Já o agricultor familiar, investiu na diversificação da propriedade para atender às escolas. Ele produzia apenas cultivo de subsistência como milho, batata, feijão e também o tabaco. Para ingressar no programa o produtor decidiu cultivar cenoura, couve, Tomate, cebola. “O programa tem nos dado essa oportunidade por isso resolvemos investir”, diz o produtor.

Segundo os produtores entrevistados a comercialização direta ainda é um processo novo para os agricultores familiares, que estavam acostumados a repassar sua produção de maneira informal para os atravessadores. Para eles a alimentação escolar é uma oportunidade de realizar a venda direta de seus produtos e obter preços melhores, entretanto precisamos aperfeiçoamento para atender as exigências do programa.

O trabalho voltado a cadeia da alimentação escolar foi importante para fazer com que o conhecimento sobre o PNAE se convertesse em benefícios para o público-alvo, aí entendidos os próprios agentes envolvidos, mas principalmente no fomento do desenvolvimento sustentável dos pequenos agricultores de São Lourenço do Sul.

A compra dos produtos para a alimentação escolar é feita diretamente dos pequenos produtores locais, principalmente quando organizados em associações ou cooperativas. Assim, se bem conduzidas, as compras para o PNAE podem contribuir para o desenvolvimento dos agricultores familiares, ao mesmo tempo permitem fornecer refeições mais saudáveis e melhor adaptadas aos hábitos de consumo locais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar trouxe mudanças como a união dos agricultores familiares, a conscientização da comunidade escolar em oferecer alimentos de boa qualidade aos alunos além de uma nova oportunidade de renda para o pequeno agricultor.

A expectativa da Administração Municipal é de investir 100% do valor destinado à merenda, com o Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios compra direta da Agricultura Familiar, beneficiando assim aos alunos com uma alimentação saudável e os produtores locais com uma nova fonte de renda.

Cada vez mais a prefeitura municipal com o apoio do CAPA, EMATER, COOPAR esta buscando aperfeiçoamento dos produtores rurais para que possam aumentar a produtividade e a qualidade do produto.

A principal meta á curto prazo é diminuir os problemas como a falta de documentação de produtores, melhorarem a orientação técnica dos produtores adiantarem o pagamento aos fornecedores da Alimentação Escolar que atualmente está ocorrendo no prazo de 10 dias após a entrega da mercadoria.

O PNAE em São Lourenço do Sul está conseguido atender o seu principal público que são os alunos da rede pública de ensino visto que há uma satisfação em consumir alimentos de boa qualidade e ainda ajudando na melhoria da economia local.

Na avaliação dos resultados, a qualidade dos produtos e processos é tão importante quanto à quantidade. Isso significa que a melhoria na qualidade de vida é um resultado tão importante quanto o retorno financeiro.

## **5 CONCLUSÃO**

A implantação do Programa de Alimentação Escolar em São Lourenço do Sul foi constituída através de instituições como: prefeitura municipal através das suas Secretarias de Educação e Desenvolvimento Rural e parceiros como a EMATER, CAPA, COOPAR, CRESOL, COOPAF entre outras entidades que ajudaram a efetivação de mais este programa de política pública federal.

Para os agricultores entrevistados o PNAE constitui-se como mais uma forma concreta de geração de renda para as famílias rurais de São Lourenço do Sul, que estão comercializando seus produtos para os 4.590 alunos que pertencem a rede municipal de ensino.

O PNAE envolve um conjunto de pessoas e entidades, tais como o agricultor e a agricultora que produzem os produtos, cooperativas e associações de agricultores que beneficiam, transportam e comercializam a prefeitura municipal de São Lourenço que executa os processos burocráticos (licitação, inspeção, e compra), a merendeira que prepara alimentação, entre outros. As diversas intervenções ao longo desse processo demandam um variado conjunto de conhecimentos e de saberes, bem como dinâmicas sociais a partir das quais esses diversos atores precisam se manter em constante diálogo.

Na verdade, são olhares e intervenções multidisciplinares possibilitando que se façam ações integradas e complementares através da escola com a presença de cada um desses elos que sustentam essa corrente de abastecimento da alimentação escolar.

A alimentação é um dos fatores primordiais não somente para sobrevivência de um indivíduo, mas para o seu desenvolvimento. A aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de ações de educação nutricional são alguns fatores de relevância para o crescimento e o melhor desempenho em aula dos alunos.

O PNAE possui alguns desafios a serem superados como a sazonalidade dos produtos, padronização dos produtos, escassez devido ao mau tempo e procurar maior agilidade no pagamento aos produtores outro entrave esta na questão da documentação dos produtores que muitas vezes esta incompleta ou é repassada fora do prazo, devido a uma má orientação entre as partes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariza. **Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico**. Brasília: Sistema Eletrônico de Editoração de Revista, 1995. 15 v.

ARRETCHE, Marta Teresa Silva. **Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas**. 11. ed. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1996. 31 p.

ARRETCHE, Marta Teresa Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: Fapesp, 2000.

BUAINAIM, Antonio Marcio. ROMEIRO, Ademar; **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. 62p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>.

BUCHWEITZ, Suzanne. **O tempo compartilhado**. Porto Alegre: 25 Anos do CAPA Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003. 200 p.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Texto da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/static/eventos/losan.htm>. Acesso em: fevereiro 2011.

BRASIL. CONSEA-Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional **Cartilha da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Conceitos. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Eventos/IIIConferencia/Cartilha\\_CONSEA.pdf](https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Eventos/IIIConferencia/Cartilha_CONSEA.pdf) Acesso em: 26 de março 2011.

BRASIL. CONSEA–Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, 2004.

BRASIL. CONSEA-Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília, 1994.

BRASIL. CONSEA-Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004.

BRASIL. Decreto n.o 56.886, de 20 de setembro de 1965. Modifica denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de set. 1965.

BRASIL. Lei n.o 7.091, de 18 de abril de 1983. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei n.o 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 de abr. 1983.

BRASIL. Lei n.o 8.913, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 de set. 1994 (republicação).

\_\_\_\_Ministério Desenvolvimento Agrário. **Apostila técnica sobre alimentação escolar na agricultura familiar**. Brasília. Ministério Desenvolvimento Agrário 2011.

\_\_\_\_Ministério Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar e nutricional**. Brasília. Ministério Desenvolvimento Social e Combate a Fome 2011.

\_\_\_\_Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. Brasília. Ministério da Educação 2011.

\_\_\_\_Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa nacional de abastecimento social**. Brasília. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. 2010.

\_\_\_\_Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico**. Brasília. Ministério do Planejamento e Gestão 2010.

\_\_\_\_Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto de Geografia e Estatísticas. **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Brasília. Ministério do Planejamento e Gestão 2000.

GONÇALVES, Jose Sidinei. SOUZA, Sueli A. Moreira. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito**. Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>. Acesso em 19 fev. 2011.

HOLZ, Clarisse Rosa. KÖNZEGER, Lídia Lisboa. **São Lourenço do Sul na sala de aula: História e Geografia**. São Lourenço do Sul. 2003.

LEITE, Juliana Pires de Arruda. **Políticas municipais de Segurança Alimentar: o caso do município de Campinas**. Dissertação, 2005 (Mestrado em Engenharia Agrícola). Campinas. Universidade Estadual de Campinas.

PESCKE, Jonas R, EHLERT, Geber C. **Evolução e diferenciação do sistema agrário de São Lourenço do Sul**. Derad002- Dinâmica e Diferenciação de Sistema Agrário, 2008. 10 p.

REBRAE – Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição Escolar. **Alimentação Escolar**. Brasília. Rede de Alimentação e Nutrição Escolar 2007.

SANDER, Roberta. **Entrevista**. São Lourenço do Sul: Nutricionista, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

TINOCO, Sônia Terezinha Juliatto. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 2008.

## **ANEXOS**

Entrevista com a nutricionista:

- 1) Como se deu o processo de adesão e do estabelecimento do PNAE no município?
- 2) Como é feita a logística do programa?
- 3) Foram realizados cursos com as merendeiras referentes a elaboração de refeições com os produtos locais?
- 4) Foram realizados cursos com os professores e atividades de educação alimentar com as crianças?
- 5) Como se deu o estímulo e o contato com os agricultores?
- 6) Que mudanças podem ser observadas nas escolas a partir do projeto de regionalização da merenda escolar?
- 7) Que mudanças podem ser observadas no município com a introdução do PNAE?
- 8) Como está sendo a aceitação da merenda pelos alunos? Quais critérios são utilizados para as escolhas dos alimentos?
- 9) Quais os avanços e quais as principais dificuldades referentes ao programa?

Entrevista com as merendeiras:

- 1) Quais as principais mudanças que tem ocorrido na alimentação escolar com a implantação do PNAE?
- 2) Como está sendo a aceitação de uma alimentação diferenciada pelos alunos?
- 3) Quais são as vantagens do uso de alimentos locais?

4) Que dificuldades ainda precisam ser superadas com relação ao programa?

Entrevista com os agricultores familiares:

1) Como se deu a adesão ao PNAE?

2) Como está o andamento do projeto?

3) Quais as principais dificuldades encontradas para atender a demanda do PNAE?

4) Como se dá a assistência técnica para os produtores?

5) Quais as principais vantagens oferecidas pelo programa?

6) O município está estimulando a produção de alimentos para a merenda escolar ?

7) O PNAE facilita a comercialização dos produtos agrícolas? Em que sentido?

8) Quais as perspectivas para o PNAE?